



CIES e-Working Paper N.º 212/2017

Desigualdades, interações transnacionais e identidade europeia

João Henriques

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

João Henriques é mestre em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, onde recebeu um Diploma de Mérito Académico. Entre 2015 e 2016 participou no projeto de investigação Sustainable Workforce (financiado pelo European Research Council).

Resumo

A realização de interações transnacionais intraeuropeias são apontadas como um dos principais fatores que consubstanciam um sentimento de pertença coletivo europeu. Mas a distribuição das interações transnacionais apresenta condicionantes macrossociais, principalmente ao nível da distribuição de riqueza. Este estudo pretende averiguar, de forma exploratória, como as desigualdades de riqueza e de desenvolvimento humano, tanto a nível transnacional e a nível nacional, se relacionam, através da intermediação da realização de interações transnacionais, com o fenómeno de identidade europeia. As conclusões revelam desiguais níveis de integração nacional num espaço europeu de interações transnacionais que diretamente consubstancia um sentimento de identidade europeia, associados a desiguais níveis de riqueza transnacional e de distribuição da riqueza interna.

Palavras-chave: identidade europeia; interações transnacionais; desigualdades sociais; integração.

Abstract

Intra-European transnational interactions are pointed out as one of the main factors that embody a sense of European collective belonging. But the distribution of transnational interactions is influenced by macro social constraints, mainly at the level of wealth distribution. This study aims to explore how wealth and human development inequalities, at both transnational and national levels, associate, through the intermediation of transnational interactions, with the phenomenon of European identity. Conclusions expose uneven levels of national integration in a European space of transnational interactions that directly embodies a sense of European identity. The level of integration is associated with unequal transnational wealth levels and with the level of inequality of internal wealth distribution.

Keywords: European identity; transnational interactions; social inequalities; integration.

Introdução: interações transnacionais e identidade europeia

A avaliação dos processos transnacionais, tais como o de identidade europeia, adquire novo relevo no contexto europeu atual. Num período onde os discursos protecionistas e nacionalistas adquirem destaque nas agendas políticas de alguns atores sociais, consubstanciados, por exemplo, pela vitória do Brexit, é importante tomar conhecimento dos efeitos a nível de coesão e solidariedade que os fenómenos de mobilidade e de socialização transnacionais, nas suas variadas formas, sustentam. Numa época em que o futuro do projeto de integração europeia é uma incógnita, não se pode negar que os desenvolvimentos e o acesso generalizado no setor dos transportes, assim como o projeto da União Europeia (UE), permitiram, como nunca antes na história, uma mobilidade transnacional intraeuropeia. A abertura das fronteiras político-administrativas permite, hoje, trabalhar, estudar, viajar, ou simplesmente viver num outro país do espaço Schengen. Mas a distribuição da realização de interações transnacionais, tanto no espaço europeu, como num espaço mais alargado da globalização, não é transversalmente uniforme às várias categorias sociais. São os indivíduos mais escolarizados, mais qualificados, os empresários, dirigentes e gestores, os homens, os grupos etários mais novos, e as classes sociais com capitais superiores que apresentam maiores percentagens de interações transnacionais, tais como viajar para um outro país europeu ou socializar com indivíduos de outras nacionalidades europeias (Fligstein, 2008; Kuhn, 2012; Mau e Mewes, 2012). Este cenário pode indicar a relevância da posse de recursos e, eventualmente, de disposições latentes para a realização de interações a nível transnacional. Logo, subsistem fatores de composição social que influenciam um sentimento de pertença europeu, pois as categorias sociais anteriores revelam maior propensão a identificarem-se como europeus (Fligstein, 2008; Kuhn, 2012), assim como a disporem de sentimentos e representações de caráter positivo (Fligstein, 2008; Comissão Europeia, 2015). De acordo com a teoria transacional de Deutsch (1963; 1967; 1978), o sentimento de pertença coletivo emerge gradualmente pelo efeito de transações económicas, políticas e sociais. Então, o aumento de interações, em frequência e em intensidade, repercutir-se-á no fortalecimento dos laços sociais e afetivos, que mais tarde consubstanciará a criação de instituições políticas comuns. Nesse caso, falamos de “europeização¹ horizontal” quando as transações são realizadas no cenário de relações pessoais e categoriais, logo, a partir do

¹ Alerta-se para a distinção entre os termos identidade europeia e europeização. O segundo caracteriza-se por “*a variety of cross-border interactions between European countries in terms of communication, the exchange of ideas and meanings, collective mobilisation across borders as well as cross border mobility and networks*” (Mau e Mewes, 2012:10)

contexto europeu transnacional de mobilidade e comunicação. Este conjunto de interações e trocas a nível interpessoal é tão relevante quanto a denominada “europeização vertical”, proporcionada pelas instituições supranacionais europeias (Mau e Mewes, 2012), uma perspetiva focada nos processos políticos e administrativos.

Mas, em geral, a composição social em cada país europeu explica menos o número de interações transnacionais europeias do que as variáveis do contexto macrossocial, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os anos de aderência à UE, o índice de globalização económica, entre outras (Mau e Mewes, 2012). Entre estes indicadores o PIB e o IDH são dos que mais explicam a variação registada entre países na realização de interações transnacionais no espaço europeu. É a partir desta constatação que este estudo funda os seus pressupostos e pretende obter pistas adicionais para compreender o fenómeno da identidade europeia.

Poder-se-á, então, afirmar que os processos que contribuem para a emergência ou o bloqueio de uma identidade europeia manifestam-se não só nos contextos de composição social nacionais mas também no contexto do espaço de desigualdades (Costa *et. al.*, 2015; Mauritti, *et. al.*, 2016) e do espaço de diferenças transnacional europeu (Fligstein, 2008; Mau e Mewes, 2012). Aliás, os espaços de desigualdades e de diferenças materializam-se, por exemplo, na estruturação de um espaço de mobilidade de alunos Erasmus, espaço mapeado pelas combinações entre país de origem e cidade de destino (Mol e Ekamper, 2015).

Desigualdades sociais e identidade europeia

Em primeiro lugar, julga-se pertinente esclarecer o leitor que este não é um projeto ambicioso. Apesar de ambas as temáticas, a das identidades coletivas e a das desigualdades sociais, serem tópicos centrais na sociologia, incluindo na própria génese da disciplina, este é um mero projeto exploratório que certamente ficará muito aquém de todo o seu potencial teórico e conceptual, para não dizer da sua complexidade. Este, é um projeto modesto.

A temática das desigualdades sociais somente tem sido abordada de forma indireta, mas implícita, nas investigações sobre identidade europeia. Por outras palavras, ao assumir-se que se verificam certas categorias sociais onde os indivíduos têm uma maior ou menor propensão em identificarem-se como europeus, e em que a distinção categorial baseia-se em certas propriedades caracterizadas pela posse de recursos, como económicos e escolares,

então é legítimo assumir que se podem registar associações entre a desigual distribuição de recursos e o fenómeno da identidade europeia. Como já identificado, existem evidências de as desigualdades categoriais e a identidade europeia se associarem em pelo menos dois níveis de análise: o nacional e o transnacional. A nível nacional incluem-se as desigualdades entre classes e a nível transnacional incluem-se as desigualdades entre países. Também, do exposto anteriormente, estas desigualdades categoriais, em ambos os níveis de análise, intersectam-se com desigualdades distributivas (rendimentos).

A crise financeira de 2008 implicou o subsequente aumento das desigualdades do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* entre os países da UE, registando-se o aumento do peso relativo do PIB dos países do centro e norte da Europa no PIB *per capita* médio da UE28 (=100), e a conseqüente diminuição do respetivo valor para os países do sul (Pordata, 2017). Paralelamente, também se verificou o aumento das desigualdades internas nos países, medidas pelo coeficiente de Gini dos rendimentos, pelo menos, nos países do sul, cujo PIB *per capita* diminuiu (Pordata, 2017). Neste cenário, (1) de divergência em termos de indicadores de rendimentos, e onde (2) as variáveis macrossociais determinam, em parte, a realização de interações transnacionais, e que, do mesmo modo, (3) as interações transnacionais são um dos caminhos para a emergência de um sentimento de pertença europeu, coloca-se a seguinte questão: de que forma as desigualdades sociais se associam a uma identidade europeia? Deste prisma, este estudo assume uma certa perspetiva estruturalista que condiciona as oportunidades dos agentes: a oportunidade em participar nos fenómenos de mobilidade e socialização intraeuropeia.

Um aspeto importante, ao introduzir diretamente a temática das desigualdades no estudo da emergência de uma identidade europeia, é compreender que condições sociais limitam uma certa gama de oportunidades. Por outras palavras, a definição de contornos que caracterizam os grupos dos excluídos e os grupos dos integrados (Almeida, 1993). Mas que critérios implicam a determinação de exclusão ou integração? A própria tentativa de definição de exclusão ou de integração implica “a identificação de uma situação normal ou média, da qual poderemos considerar os indivíduos excluídos” (Ferreira, *et al.*, 2013), além de exigir o próprio critério de exclusão (*ibidem*). Deste ponto de vista, será legítimo equacionar que subsistem grupos de excluídos e de incluídos dos processos de integração europeia? Será legítimo equacionar que tanto desigualdades de rendimentos entre países como desigualdades dentro dos países criam grupos de excluídos dos processos de emergência de um sentimento de pertença coletivo europeu? De acordo com Almeida (1993: 831-832), a exclusão “só pode

ser analisada desdobrando perspectivas suscetíveis de captarem a multidimensionalidade do fenómeno”. Não tencionando apresentar uma perspectiva reducionista deste fenómeno, a aplicabilidade dos conceitos de exclusão e integração, podem ser úteis se aplicados com precauções, ou seja, reconhecendo as suas limitações. No fundo, quando se afirma que certas categorias sociais beneficiam de determinadas oportunidades no contexto transnacional europeu, implicitamente outras não detêm as mesmas oportunidades, o que em certa medida pode ser encarado como um fenómeno de exclusão. A aplicação destes conceitos neste estudo é uma questão sensível. Não pretendendo reduzir a sua substantivação a uma dimensão, a sua aplicabilidade poderá exprimir um vetor de possibilidades diluído entre a dicotomia exclusão-integração. Neste sentido, poderá interpretar-se a estrutura de um espaço europeu de interações transnacionais como um campo que gera maiores ou menores possibilidades de integração de determinadas categorias sociais nos processos transnacionais.

Sendo que tanto as desigualdades internas aos países como as desigualdades entre países podem ter um impacto na identidade europeia este estudo foca, de modo exploratório, ambas as escalas de análise. Ou seja, procuram-se evidências em como as desigualdades internas e as desigualdades entre países influenciam, de um modo indireto, um sentimento de pertença europeu. Em suma, as questões às quais se pretendem responder são: Será que fatores de desigualdade económica, e de desenvolvimento, influenciam a distribuição dos fenómenos de mobilidade e de socialização transnacional europeia? Em caso positivo, de que modo essa influência se consubstancia num espaço europeu de interações transnacionais? E, como se relaciona, eventualmente, o espaço europeu de interações transnacionais com a identidade europeia? Do prisma dos processos de emergência de uma identidade europeia, e de acordo com condicionantes económicas, podem-se apontar países, ou conjuntos de países, que registem um menor ou maior grau de integração, ou de exclusão, desses processos?

A nível transnacional a objetivação das características que distinguem as categorias sociais focar-se-á nas componentes de riqueza (PIB) e de desenvolvimento humano (IDH). A nível nacional não se processará uma objetivação e comparação entre classes sociais, antes será avaliado o efeito direto de um indicador de desigualdade distributiva, o coeficiente de Gini.

Métodos e técnicas de pesquisa

Este estudo desenvolve-se com base na aplicação de métodos quantitativos, sustentados em várias fontes de dados. Numeram-se três fases distintas de análise de dados:

- 1) a primeira fase corresponde à análise descritiva das variáveis que compõem uma tipologia de interações transnacionais europeia, completada com a análise bivariada entre os indicadores de desigualdade (variáveis independentes) e as variáveis de interação transnacional (variáveis dependentes);
- 2) a segunda fase corresponde à análise descritiva dos indicadores de identidade europeia, completada pela análise bivariada entre as variáveis de interação transnacional (variáveis independentes) e os indicadores de identidade europeia (variáveis dependentes);
- 3) a terceira fase constitui-se da objetivação de um espaço europeu de interações transnacionais por agregação dos países em clusters.

A discussão teórico-conceitual será elaborada numa seção autónoma e posterior à apresentação dos resultados.

Tipologia de interações transnacionais

Em primeiro lugar procede-se à construção e análise de uma tipologia de interações transnacionais. As variáveis resultantes desta tipologia são consideradas variáveis dependentes quando relacionadas com os indicadores de desigualdade, e, por outro lado, são consideradas variáveis independentes quando relacionadas com os indicadores de identidade europeia. A tipologia constitui-se a partir de dados do Eurobarómetro 81.4 de 2014. Usando a questão² QD5, “*Para cada um dos resultados alcançados pela União Europeia diga-me se beneficiou deles ou não*”, criou-se uma tipologia com três tipos de interação: 1) sem interações; 2) interações curtas; 3) interações prolongadas, ver quadro 1.

² Apesar de a questão atribuir o benefício da realização de interações à UE, em nada a questão é conflituosa em associar as interações com identidade europeia no sentido de Europa e não de UE

Quadro 1 – Construção da variável referente à tipologia de interações transnacionais

Item	Tipo de interação
1 Nenhum/menor controlo das fronteiras quando viaja para o estrangeiro	Curta
2 Melhoria dos direitos dos consumidores na compra de produtos ou serviços noutro país da UE	Curta
3 Custos mais baixos das comunicações quando utiliza um telemóvel noutro país da UE	Curta
4 Receber assistência médica noutro país da UE	Curta
5 Fortalecer os direitos dos passageiros de transporte aéreo na UE	Curta
6 Trabalhar noutro país da UE	Prolongada
7 Viver noutro país da UE	Prolongada
8 Estudar noutro país da UE	Prolongada
9 Voos menos caros e uma maior escolha de companhias aéreas	Curta

* Opções de resposta em cada item: 1) Beneficiou; 2) Não beneficiou e; 3) NS/NR

Não foram consideradas as não respostas.

Fonte: Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b)

O primeiro tipo de interação, *Sem interações*, corresponde ao grupo de indivíduos que não beneficiaram de nenhum item, ou seja, que não realizaram nenhuma interação das potencializadas pela lista de itens no questionário. O segundo tipo, *Interações curtas*, corresponde ao grupo de indivíduos que beneficiou, pelo menos, de um item que não incluía viver, estudar ou trabalhar noutro país da UE, pois estes itens caracterizam as *Interações prolongadas*. Nota que, quem realizou interações prolongadas poderá também ter realizado interações curtas. O critério de seleção engloba duas dimensões latentes, a duração da estadia e algum, eventual, modo de integração. As interações prolongadas, à partida, exigem uma estadia mais prolongada e algum grau de integração no país de destino, envolvendo uma vivência quotidiana, ao contrário das interações curtas. Esta tipologia permite garantir um efeito relativamente homogéneo, de cada um dos itens constituintes de cada tipo preconizado, na identidade europeia.

No entanto, não será totalmente viável aplicar diretamente esta tipologia em confronto com os seus preditores (indicadores de desigualdade). De facto, estudar, viver e trabalhar noutro país poderão envolver fatores explicativos distintos e antagónicos. Por um lado, é inteligível argumentar que nos países mais ricos, com maior PIB os seus cidadãos poderão confrontar-se em menor grau com a necessidade de trabalhar ou viver num outro país. Dificuldades adicionais impõem-se, a partir da base de dados consultada, pois não é possível verificar se as interações prolongadas foram realizadas num contexto migratório, ou se, por outro lado, se se caracterizam por um contexto de mobilidade não permanente. No primeiro caso, de facto, as teorias macroeconómicas neoclássicas argumentam que as principais causas

das migrações internacionais são as diferenças salariais entre países, dando-se do país de salário menor para o de maior (Massey, *et al.*, 1993). Mas a migração internacional é um fenómeno complexo envolvendo causas e processos a vários níveis e escalas (Pires, 2003), pelo que a hipótese colocada está particularizada ao pormenor em discussão. Não obstante, o grupo de interações prolongadas também inclui indivíduos que estudaram noutro país pelo que, maiores níveis de indivíduos que estudaram no estrangeiro já poderão implicar a posse de recursos económicos e, eventualmente, a sua maior equidade distributiva. Aliás, como já mencionado neste estudo, existem pistas de que o espaço de mobilidade de alunos Erasmus é um espaço estruturado (Mol e Ekamper, 2015). Assim, quando confrontada com os seus preditores as interações prolongadas serão discriminadas por cada um dos seus três modos.

Indicadores de desigualdades

A tipologia de interações transnacionais será confrontada nas suas relações com as variáveis macrossociais. As variáveis macrossociais (variáveis independentes) referem-se a dados disponibilizados pelo Eurostat (PIB *per capita* (Eurostat, 2016a) e coeficiente de Gini (Eurostat, 2016b), e pelos relatórios de desenvolvimento das Nações Unidas [IDH (UNDP 2015)]. O PIB *per capita* e o IDH pretendem objetivar as desigualdades entre países, e a sua seleção em detrimento de outros indicadores deve-se a que são estes os dois indicadores apontados como os mais relevantes na comparação, entre países, dos níveis de realização de interações transnacionais (Mau e Mewes, 2012). De forma a manter o critério da utilização de indicadores macrossociais as desigualdades dentro dos países serão analisadas com base no coeficiente de Gini dos rendimentos. Esta opção, permite manter a análise focada em indicadores económicos macroestruturais.

Indicadores de identidade europeia

Em segundo lugar será elaborado um diagnóstico da distribuição do sentimento de pertença europeu. Como indicadores de identidade europeia (variáveis dependentes) utilizam-se duas questões regulares dos inquéritos do Eurobarómetro. A primeira é uma questão de autocategorização, “*Como é que se vê?*”, com as seguintes opções de resposta: a) ‘*nacionalidade*’; b) ‘*nacionalidade e europeu*’; c) *europeu e nacionalidade*’; d) *europeu*; e) *nenhuma*. Para medir a percentagem de cidadãos que se autocategorizam como europeus são

somadas as respostas b), c) e d), porque, primeiro, o importante é a autocategorização como europeu, independentemente da ordem. A segunda questão mede o sentimento de ligação, “*Em que medida se sente ligado à Europa?*” As hipóteses de respostas são: a) *Muito ligado*; b) *Ligado*; c) *Não muito ligado*; d) *Nada ligado*. Para medir a percentagem de cidadãos que se sentem ligados à Europa são somadas as respostas “Muito ligado” e “Ligado”. Este é um procedimento comum em investigações anteriores. Serão analisados estes dois indicadores segundo o país para os anos de 2007 (Eurobarómetro Especial 278) e 2014 (Eurobarómetros 81.4 e 82.3).

Apesar deste estudo apenas incluir países da UE, não significa que conceptualmente se reduza o estudo de uma identidade europeia como um fenómeno limitado aos países da UE. Tal opção apenas deriva dos dados quantitativos disponíveis se limitarem a este conjunto de países. Na verdade, o espaço europeu é um espaço de geometria variável, não se restringindo as ligações económicas, sociais e políticas ao espaço definido pelos países da UE. Podem-se citar os exemplos do espaço Schengen, da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e da UEM (União Económica e Monetária). As implicações desta geometria variável é a de que, do ponto de vista sociológico, não é de todo evidente quais as fronteiras que delimitam o fenómeno da identidade europeia. Se o estudo dos fenómenos de identidade social são, mesmo em territórios geograficamente, linguisticamente, e culturalmente delimitados ou relativamente homogéneos, multidimensionais e complexos, então o estudo de identidades supranacionais num contexto de globalização e transnacionalismo não serão mais banais.

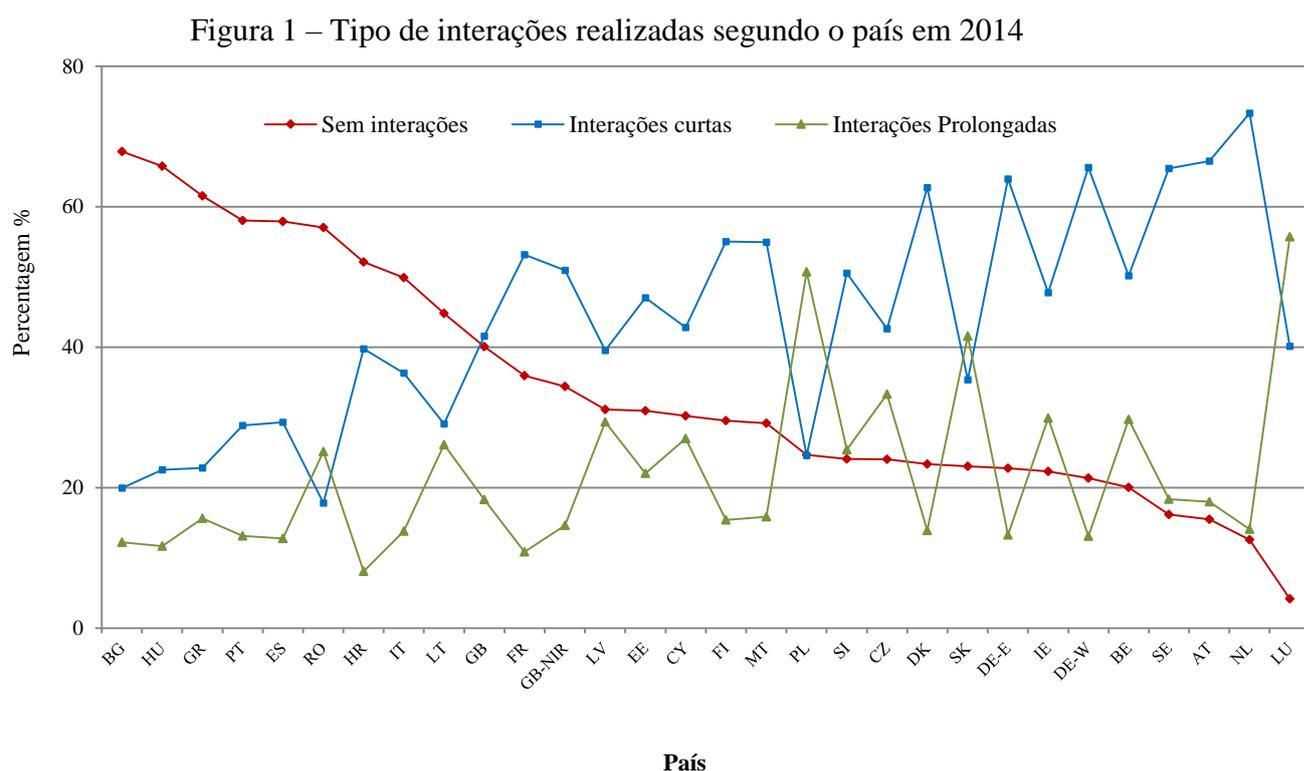
Análise de clusters

A última fase de análise de dados compreende à constituição de um espaço europeu de interações transnacionais. Da revisão bibliográfica elaborada apenas se deparam descrições e interpretações de modelos multivariados lineares, considerando-se a carência da compreensão do mapeamento do fenómeno das interações transnacionais. Este passo permitirá retirar conclusões adicionais, pois, ao invés de se apresentarem somente relações entre variáveis, substantiva-se a interpretação com a objetivação de um espaço europeu de interações transnacionais, obtendo-se as relações entre os agrupamentos de países e as suas respectivas caracterizações de acordo com as variáveis independentes e dependentes em estudo.

Interações transnacionais

Análise descritiva da tipologia de interações transnacionais

Esta seção apresenta uma pequena descrição das variáveis constituintes da tipologia de interações transnacionais. A figura 1 ilustra a distribuição por tipo de interação e por país, registrando-se uma relação moderada (V de Cramer=0,313) e significativa ($\chi^2(58)=5478,54;p<0,001$). De acordo com a tipologia construída, em 2014, no universo dos países da UE, cerca de um terço dos europeus nunca realizou nenhuma interação transnacional, pelo menos desde que os respectivos cidadãos dispõem dos direitos atribuídos pela UE. Por outro lado, aproximadamente pouco mais de dois quintos dos europeus realizaram interações de tipo curto e pouco menos de um quinto realizou interações prolongadas.



Fonte: produção própria a partir de dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b)

Nota: consultar código de siglas em nota de rodapé³.

³ Código de siglas (aplicável a todo o documento): AT, Áustria; BE, Bélgica; BG, Bulgária; CY, Chipre; CZ, República Checa; DE, Alemanha; DE-W, Alemanha Ocidental; DE-E, Alemanha Oriental; DK, Dinamarca; EE, Estónia; ES, Espanha; FI, Finlândia; FR, França; GR, Grécia; HU, Hungria; IE, Irlanda; IT, Itália; LT, Lituânia; LU, Luxemburgo; LV, Letónia; MT, Malta; NL, Holanda; PL, Polónia; PT, Portugal; RO, Roménia; SE, Suécia; SI, Eslovénia; SK, Eslováquia; UK, Reino Unido; GB, Grã-Bretanha; GB-NIR, Irlanda do Norte.

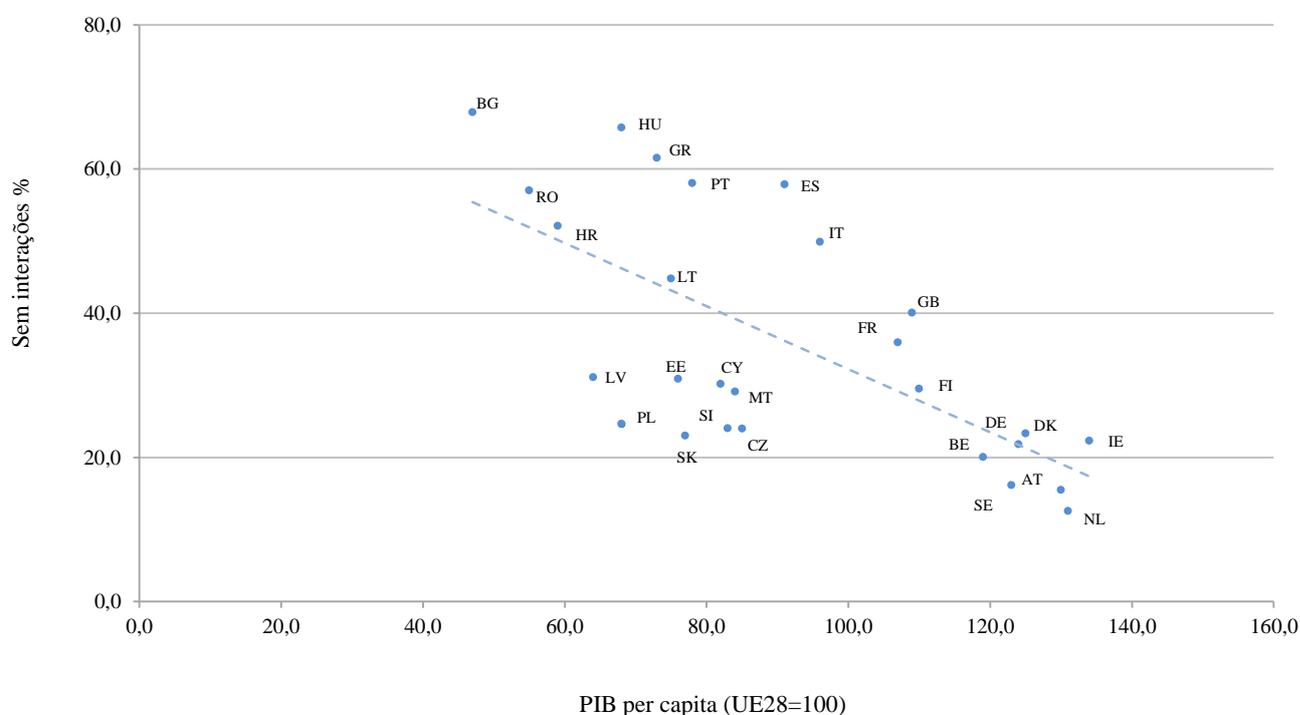
Os países do sul e leste registam maiores percentagens de indivíduos sem interações comparativamente aos do centro e norte. À medida que a percentagem sem interações diminui a percentagem de interações curtas tende a crescer, verificando-se a recorrente dicotomia entre sul e norte da Europa, ou seja, clivagens entre os mais pobres e os mais ricos, De um outro ponto de vista, poucos países, provavelmente pela tradição migratória, têm percentagens superiores de interações prolongadas do que curtas (Polónia, Eslováquia, Roménia, Irlanda e Luxemburgo).

Análise bivariada entre interações transnacionais e as desigualdades entre países

Efetuada a leitura geral das distinções ao nível das interações transnacionais no espaço europeu, nesta seção apresenta-se a leitura da sua interseção com os indicadores de desigualdades entre países.

As figuras 2 e 3 demonstram as relações entre os grupos sem interações e de interações curtas e o PIB *per capita* (UE28=100).

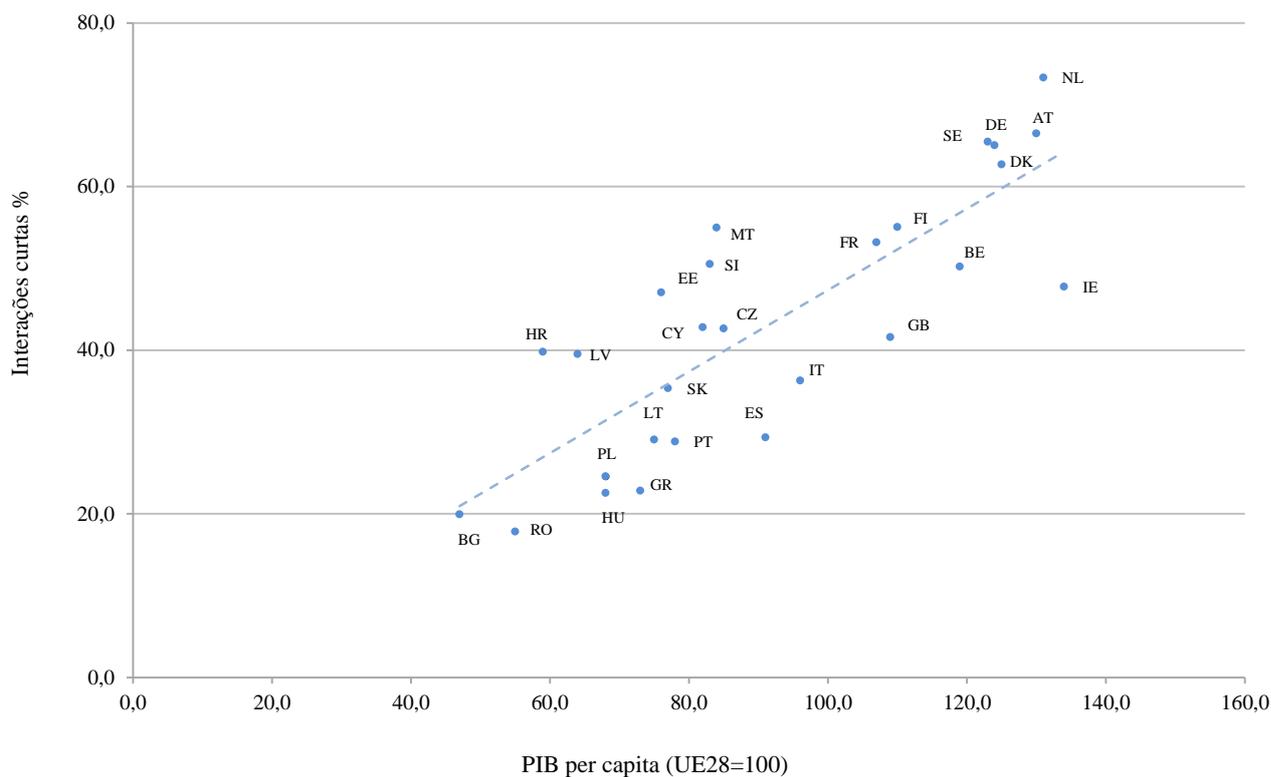
Figura 2 – Percentagem de indivíduos sem interações, por país, e segundo o PIB *per capita* (UE28=100) em 2014



Nota: sendo um *outlier* em termos de PIB o Luxemburgo não se encontra representado graficamente.

Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e do Eurostat (2016a)

Figura 3 – Percentagem de indivíduos que realizaram interações curtas, por país, e segundo o PIB *per capita* (UE28=100) em 2014



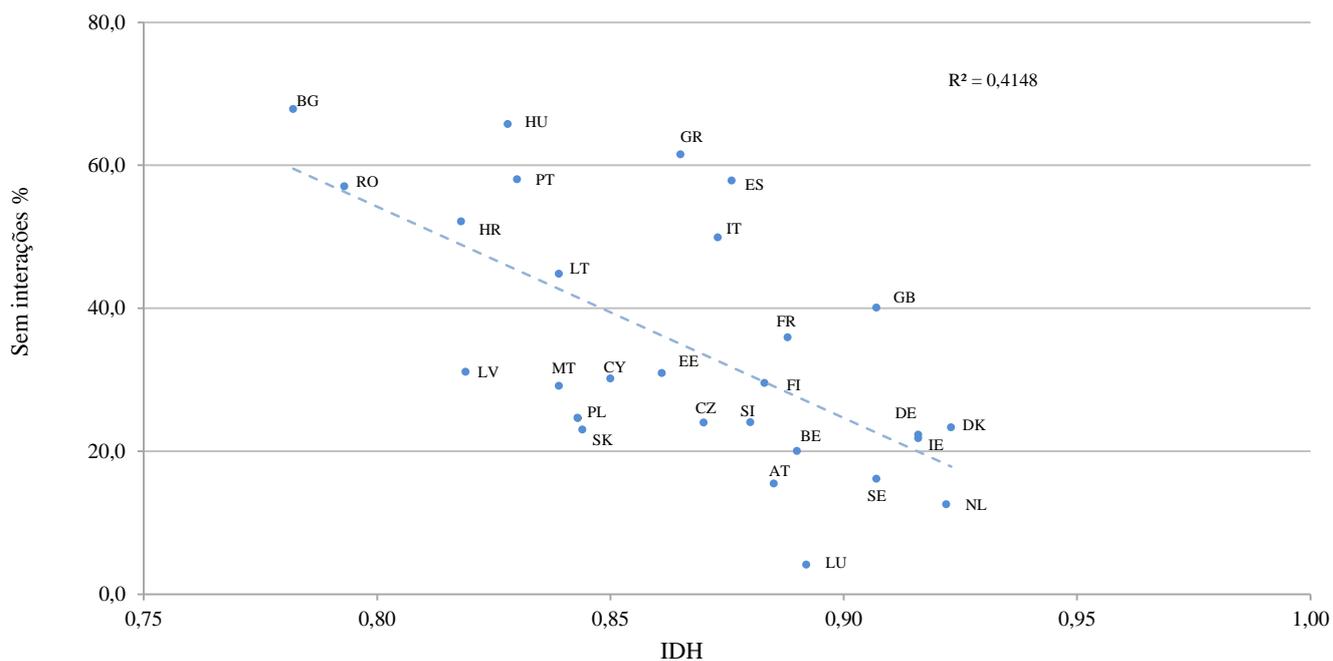
Nota: sendo um *outlier* em termos de PIB o Luxemburgo não se encontra representado graficamente.

Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e do Eurostat (2016a)

Quanto maior o PIB *per capita* de um país mais indivíduos tendem a realizar interações curtas e menos tendem a não realizar interações, tendência visível pela inclinação inversa de ambas as linhas de tendência nas duas figuras anteriores. A relação entre o PIB e grupo sem interações é moderada alta ($r=-0,654$). Por sua vez a relação entre o PIB e o grupo que realizou interações curtas é moderada baixa ($r=0,471$).

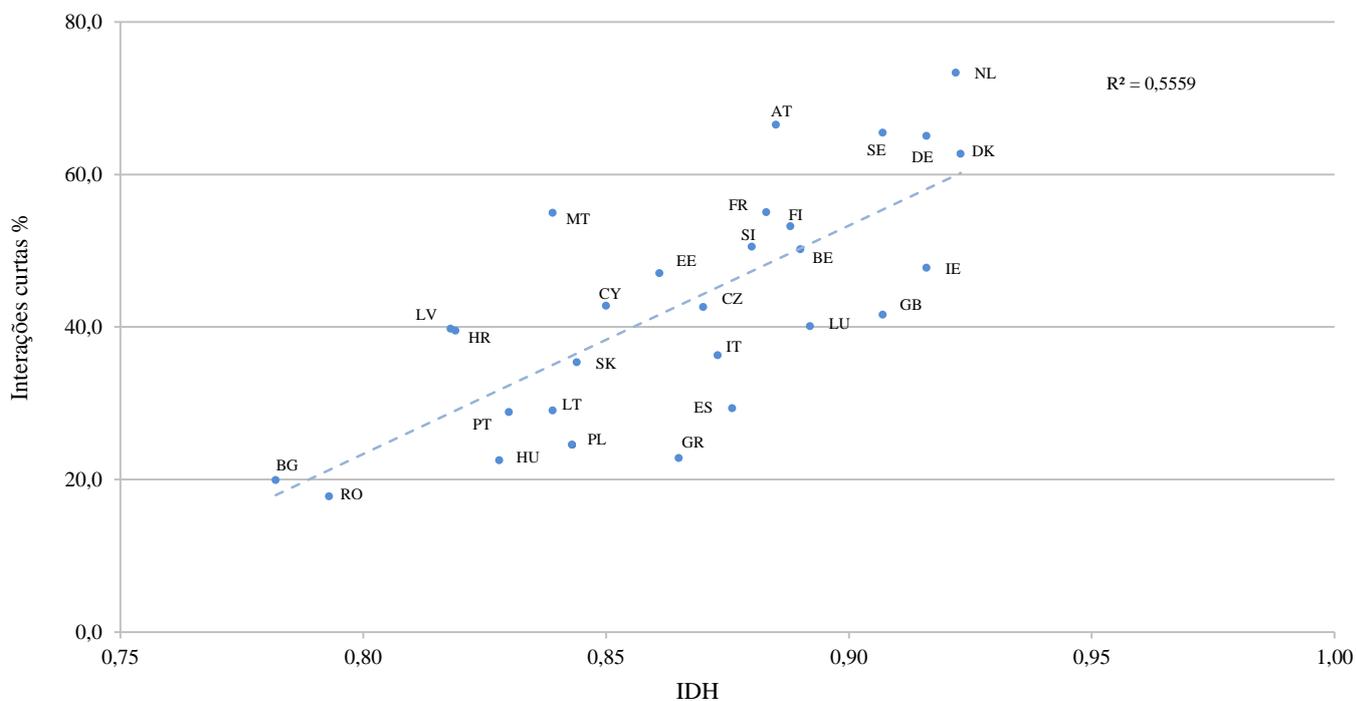
As figuras 4 e 5 demonstram as relações entre os grupos sem interações e de interações curtas e o IDH.

Figura 4 – Percentagem de indivíduos sem interações, por país, e segundo o IDH em 2014



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e UNDP (2015)

Figura 5 – Percentagem de indivíduos que realizaram interações curtas, por país, e segundo o IDH em 2014



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e UNDP (2015)

O sentido das correlações do IDH com os grupos sem interações e interações curtas apresentam as mesmas tendências que as registadas no caso do PIB. Assim, quanto maior o IDH de um país mais indivíduos tendem a realizar interações curtas e menos tendem a não realizar interações. Tal como no caso do PIB a relação entre o grupo sem interações e o IDH é moderada alto ($r=-0,644$). Mas a relação entre o grupo que realizou interações curtas é forte com o IDH ($r=0,746$).

Do ponto de vista das interações prolongadas⁴, o quadro 2 apresenta as correlações entre os três modos que constituem este grupo e os indicadores de PIB e IDH.

Quadro 2 – Correlações entre o PIB *per capita*, e o IDH, e o nível de interações prolongadas, por país, na UE

	% indivíduos que estudaram no estrangeiro	% indivíduos que trabalharam no estrangeiro	% indivíduos que viveram no estrangeiro
PIB (UE28=100) <i>per capita</i> *	-0,029	-0,168	-0,279
IDH	0,123	-0,064	-0,121

* Não inclui o Luxemburgo

Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e UNDP (2015)

Em geral, quanto maior o PIB *per capita* menos indivíduos tendem a trabalhar e a viver fora do país. Mas a relação do PIB com o grupo de quem estudou fora do país é praticamente nula, apesar de também ser negativa. Por outras palavras, a intensidade de relação do PIB *per capita* é maior com os grupos de quem trabalhou e viveu fora do país do que para quem estudou fora.

Quanto ao IDH a relação é apenas positiva com o grupo de quem estudou fora. Ou seja, quanto maior o IDH mais indivíduos tendem a estudar fora e menos indivíduos a trabalhar ou viver no estrangeiro, apesar de todas as relações serem muito fracas.

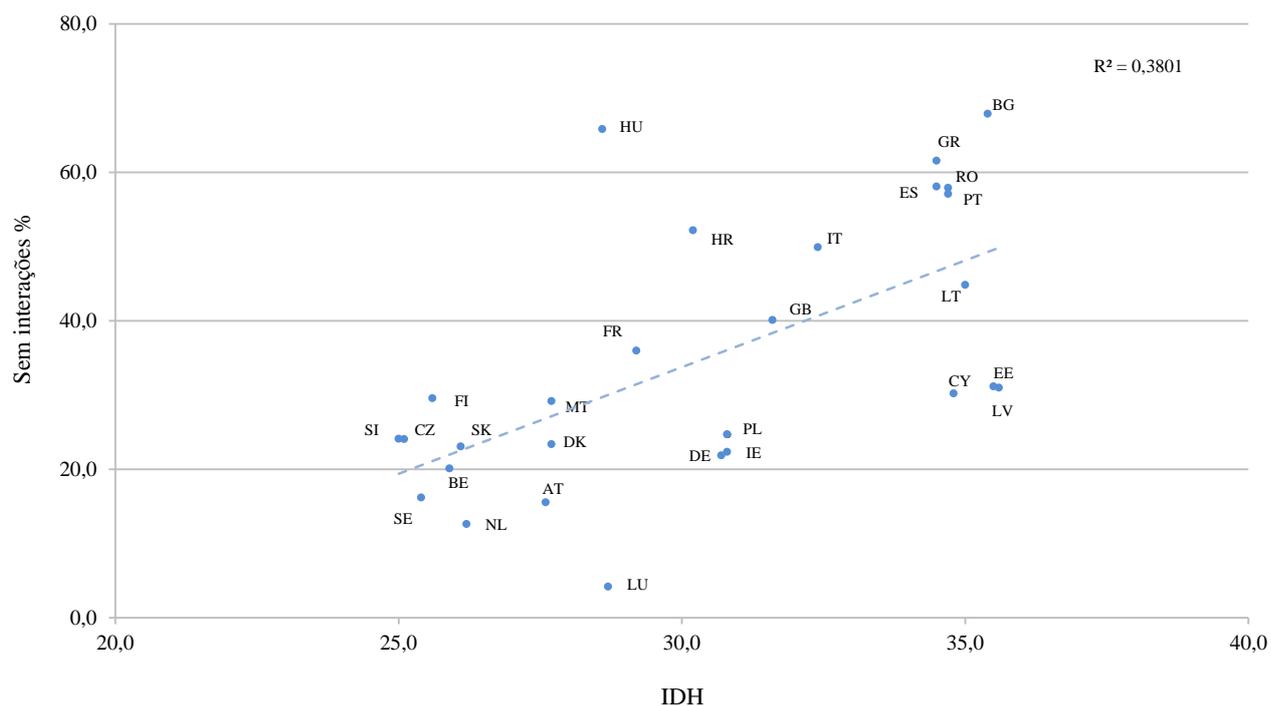
Em suma, menores valores de PIB *per capita* e de IDH poderão, em hipótese, impulsionar deslocações para trabalhar ou viver noutra país, mas o mesmo não se pode argumentar para o caso de estudar fora do país.

⁴ No caso das interações prolongadas a inclusão do Luxemburgo no indicador do PIB produz diferenças significativas na intensidade relação, pelo que sendo um *outlier* este país não é considerado.

Análise bivariada entre interações transnacionais e as desigualdades dentro dos países

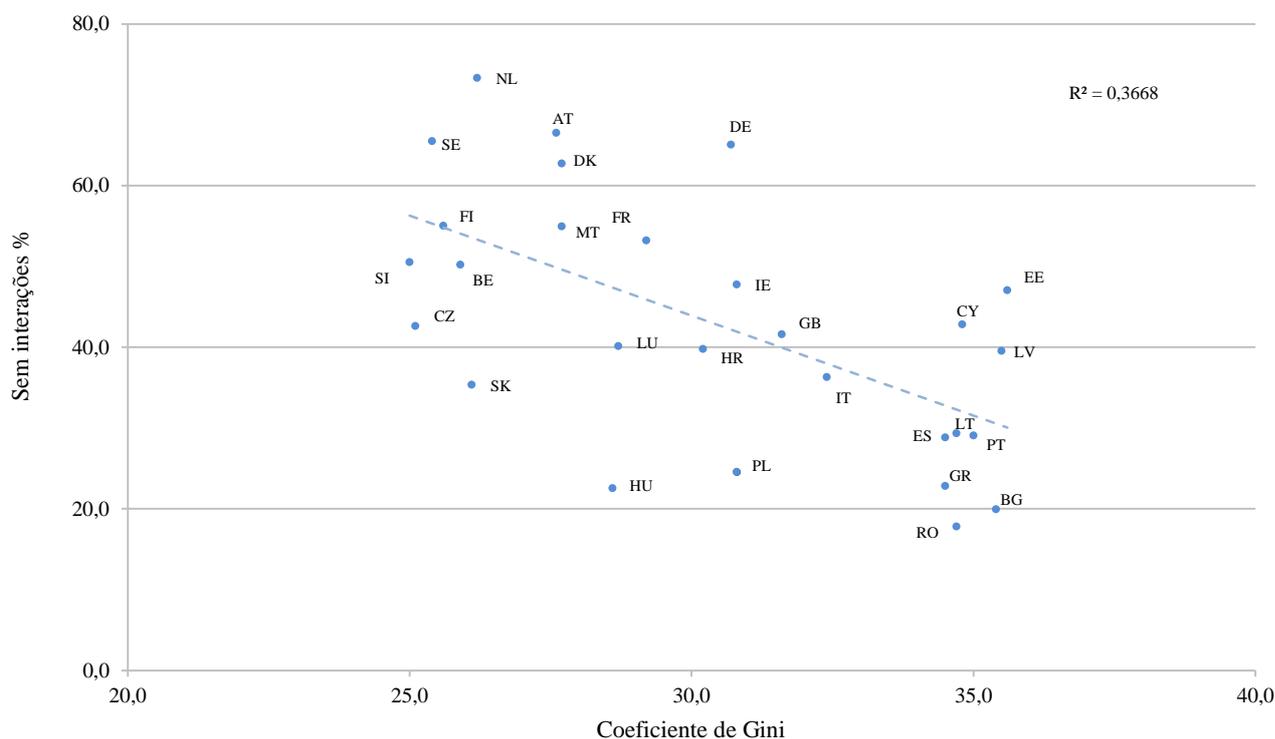
As figuras 6 e 7 demonstram as relações entre os grupos sem interações e de interações curtas e o coeficiente de Gini.

Figura 6 – Percentagem de indivíduos sem interações, por país, e segundo o coeficiente de Gini em 2014



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e do Eurostat (2016b)

Figura 7 – Percentagem de indivíduos que realizaram interações curtas, por país, e segundo o coeficiente de Gini em 2014



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) e do Eurostat (2016b)

Quanto maior o coeficiente de Gini mais indivíduos tendem a não realizar interações transnacionais ($r=0,617$) e mais indivíduos tendem a realizar interações curtas ($r=-0,606$), indicando um possível efeito das desigualdades de rendimentos internas. Tal como constatado para o PIB e o IDH as linhas de tendência demonstram inclinação oposta entre os dois grupos. Ou seja, quanto maiores as desigualdades na distribuição de rendimentos mais indivíduos não realizam interações. Bastante interessante é a intensidade da relação, moderada alta, pouco comum em fenómenos sociais.

Relativamente ao grupo de indivíduos que realizaram interações prolongadas a relação com o coeficiente de Gini é muito fraca e evidencia distinções entre os três modos que caracterizam as interações prolongadas, quadro 3.

Quadro 3 – Correlações entre o coeficiente de Gini e o nível de interações prolongadas, por país, na UE

	% indivíduos que estudaram no estrangeiro	% indivíduos que trabalharam no estrangeiro	% indivíduos que viveram no estrangeiro
Coeficiente de Gini	-0,214	-0,109	0,047

Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b) Eurostat (2016b)

Assim, quanto maior o valor do coeficiente de Gini menos indivíduos tendem a estudar e a trabalhar fora do seu país, mas a relação têm maior intensidade com estudar fora. A relação com o grupo de quem viveu fora é muito fraca, e apresenta sentido inverso às anteriores.

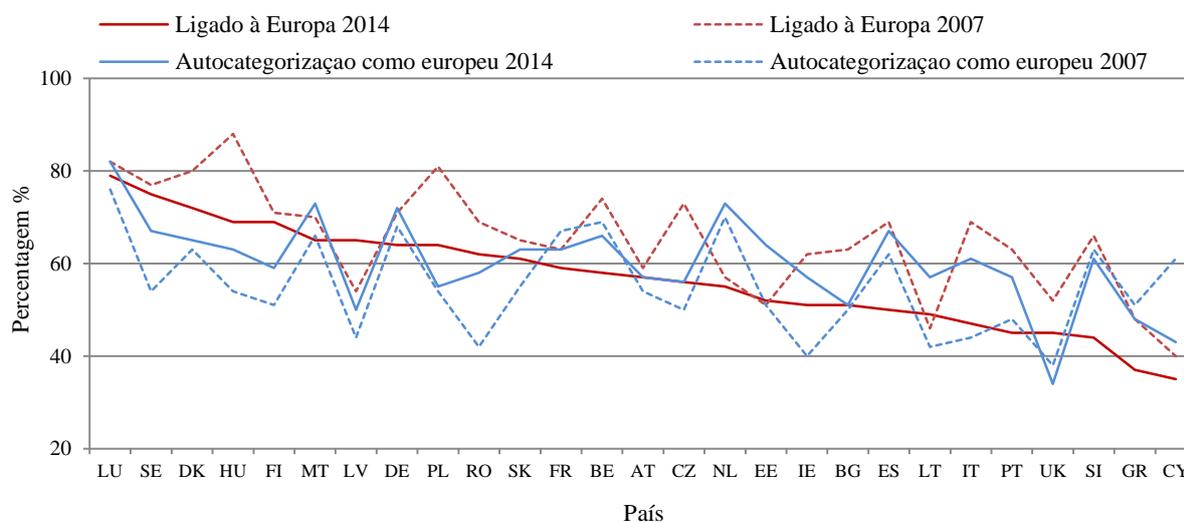
Conclui-se que fatores estruturais internos a cada um dos países europeus podem influenciar, em parte, a realização ou não de interações transnacionais no espaço europeu. A hipótese colocada é que, uma menor equidade na distribuição dos rendimentos internos dota um menor número de indivíduos da capacidade económica para realizar interações transnacionais. Esta associação apreende importância se se considerar válida a tese de que a realização de interações transnacionais é um dos caminhos para a emergência de uma identidade europeia. O quadro A1 dos Anexos apresenta o resumo das correlações entre variáveis macrossociais e a tipologia de interações transnacional.

Identidade Europeia

Análise descritiva dos indicadores de identidade europeia

Para compreensão dos níveis de sentimento de pertença europeu, e consequente enquadramento contextual, procede-se a uma breve análise descritiva dos indicadores de identidade europeia, diacronicamente e sincronicamente, figura 8.

Figura 8 – Sentimento de ligação à Europa e autocategorização como europeu segundo o país em 2007 e 2014



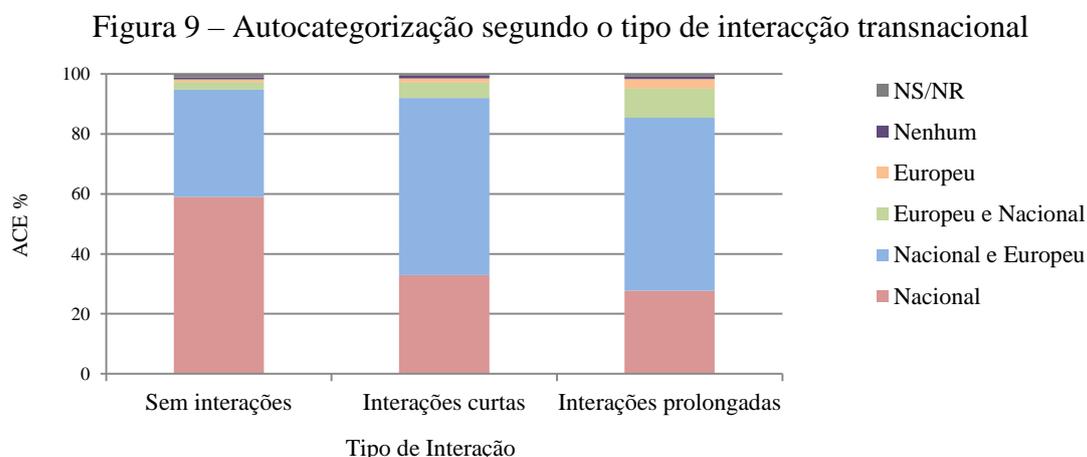
Fonte: produção própria a partir de dados do Eurobarómetro 67.1 (Comissão Europeia, 2007) e Eurobarómetro 82.3 (Comissão Europeia, 2014a)

Em 2014 os países nórdicos e os países do centro da Europa, comparativamente aos países do sul, apresentam percentagens médias de sentimento de ligação à Europa (SLE) superiores. Quanto ao indicador de autocategorização como europeu (ACE) a ordem dos países altera-se. Sendo que o Luxemburgo é o único país acima dos 70%, comparativamente ao sentimento de ligação, a autocategorização aparenta traduzir valores médios mais uniformes entre países.

Diacronicamente, entre 2007 e 2014, à exceção dos países do Báltico, o sentimento de ligação desceu em todos os países: na Itália e na Eslovénia mais de 20%, na Espanha, Hungria, Portugal, Polónia, República Checa e Bélgica entre 15 a 20%, e na Bulgária, Grécia e Irlanda entre 10 e 15%. A lista de países em que diacronicamente se verifica a descida do sentimento de ligação aparenta incluir os países mais afetados pela crise financeira de 2008, não incluindo os menos expostos, ou seja, com economias mais robustas. Aliás, numa retrospectiva mais alargada, entre 1999 (Comissão Europeia, 1999) e 2014, os níveis médios de sentimento de ligação à Europa registam descidas em Itália (-18%), Espanha (-18%) e Portugal (-16%). Apesar de esta constatação implicar a influencia de determinantes económicos na identidade europeia, não se está a reduzir conceptualmente este fenómeno, mas somente a explorar relações. Este ponto é alvo de aprofundamento analítico na seção de discussão dos resultados.

A associação entre interações transnacionais e identidade europeia

A figura 9 demonstra a autocategorização como europeu segundo o tipo de interacção transnacional no conjunto global dos países da UE.

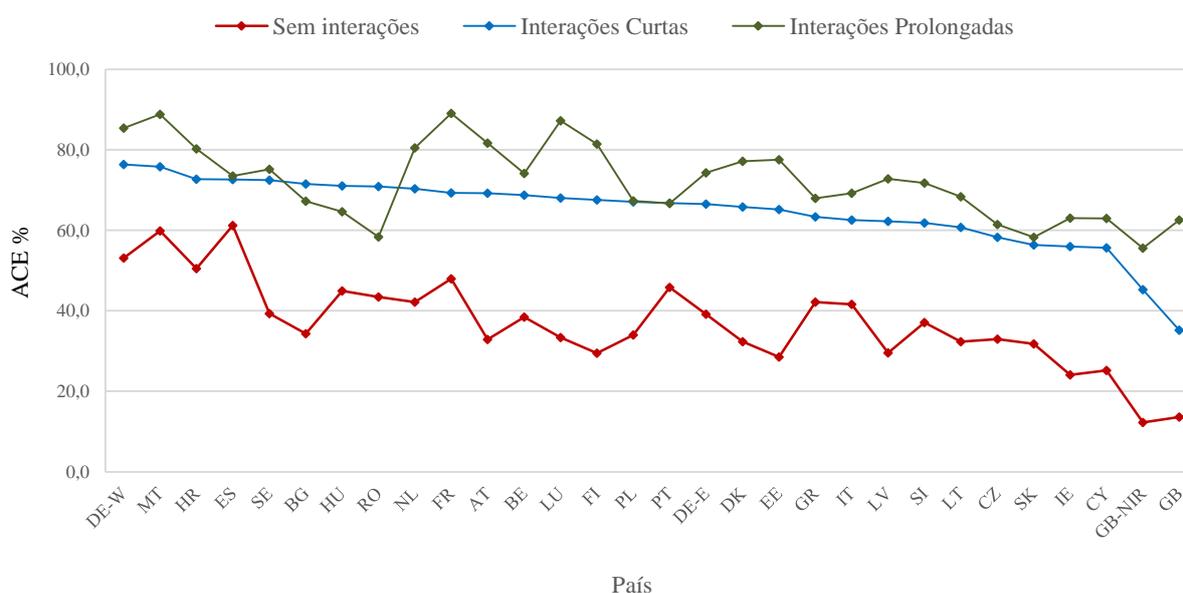


Fonte: produção própria a partir de dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b)

De modo sintético constata-se que a passagem do grupo sem interações para os grupos com interações realizadas (curtas ou prolongadas) permite um salto representativo na autocategorização de apenas nacional para primeiro nacional e em segundo lugar europeu. Por sua vez a passagem do grupo de interações curtas para o grupo de interações prolongadas permite reduzir a autocategorização como apenas nacional de um terço para um quarto dos inquiridos. Uma outra distinção é o aumento, sempre para o dobro, dos indivíduos que se autocategorizam como primeiro europeus e em segundo nacionais, e só como europeus, do grupo sem interações para o grupo de interações curtas e novamente deste último para o grupo de interações prolongadas. Inclusive, no grupo de interações prolongadas já mais de um décimo dos indivíduos (cerca de 13%) apresenta saliência identitária europeia. Estes resultados sugerem a hipótese de que a realização de interações transnacionais é relevante na passagem de uma autocategorização de apenas nacional para também europeu, mas que a ordem entre estas duas terá maior possibilidade de inversão no caso da realização de interações prolongadas, o que pode remeter, eventualmente, a sua explicação para os processos de integração. No global a relação entre o tipo de interação e a autocategorização é baixa e significativa (V de Cramer = 0,21; $p < 0,001$).

A figura 10 demonstra os valores médios de autocategorização como europeu por país e segundo cada tipo de interação transnacional. Neste gráfico a autocategorização como europeu volta a contemplar o somatório das repostas (nacional e europeu, europeu e nacional, e europeu).

Figura 10 – Autocategorização como europeu por tipo de interação transnacional e por país



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b)

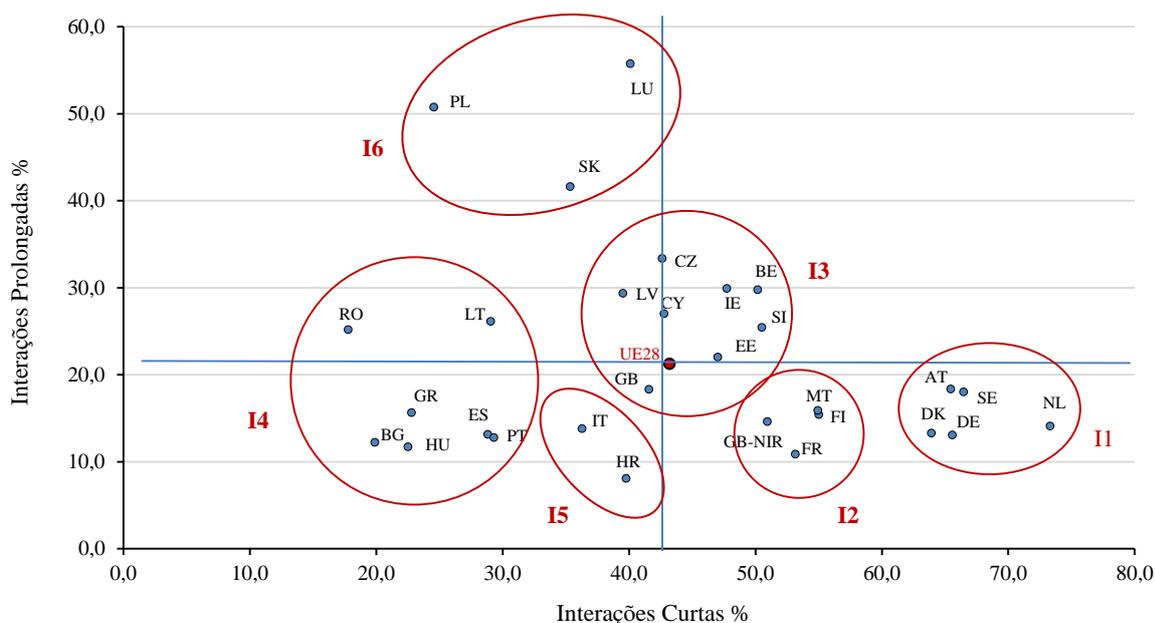
É possível verificar que em termos do grupo das interações curtas os países apresentam valores pouco díspares de autocategorização como europeu. Neste ponto pode considerar-se que o Reino Unido é o único país a quebrar a tendência. O grupo de interações prolongadas é mais uniforme do que o grupo sem interações, pois revela uma menor amplitude. Concluiu-se que quem realizou interações transnacionais apresenta menores diferenças nos níveis de identidade europeia comparativamente a quem nunca as realizou. Por exemplo, a Suécia e Bulgária, dois casos representativos dos mais ricos e dos pobres da UE, apresentam níveis bastante próximos nos três tipos de interação apresentados, apesar de os valores continuarem a ser superiores no país nórdico. Noutro exemplo, Portugal apresenta melhores níveis do que a Dinamarca nos grupos sem interações e de interações curtas, mas não no grupo de interações prolongadas. Um exercício interessante é correlacionar novamente os dados com as variáveis macrossociais (quadro A2 dos Anexos). De facto, regista-se que a autocategorização como europeu no grupo de interações curtas não apresenta relação com o PIB, apesar de apresentar uma relação fraca com o IDH e de sentido negativo ($r=-0,205$). Ou seja, quanto maior o IDH menos indivíduos que realizaram interações curtas tendem a autocategorizar-se como europeus, apesar da intensidade da relação ser fraca. Também o grupo sem interações apresenta relações de fraca intensidade e de sentido negativo com o PIB e o IDH. Estes são resultados inesperados (ver quadro A2 dos Anexos). Assim, as correlações entre as variáveis macrossociais e o nível de autocategorização como europeu apresentam maior intensidade no grupo que realizou interações prolongadas. Só neste grupo se registam relações positivas com o PIB ($r=0,479$) e o IDH ($r=0,344$), e em sentido inverso uma relação negativa com o coeficiente de Gini ($r=-0,293$). Ou seja, quanto maior o PIB e o IDH mais indivíduos se autocategorizam como europeus no caso de realizarem interações prolongadas. E quanto maior o coeficiente de Gini menos indivíduos se autocategorizam como europeus no caso de realizarem interações prolongadas.

Para um espaço europeu de interações transnacionais

As ordens de grandeza das relações entre as interações transnacionais e as variáveis macrossociais levanta uma questão: será o espaço europeu de interações transnacionais um espaço estruturado? Para encontrar pistas passíveis de responder a esta questão, propõe-se um exercício: estudar o mapeamento de um espaço europeu de interações transnacionais através da agregação de países em clusters. São consideradas as seguintes dimensões: 1) Realização

de interações curtas; 2) Realização de interações prolongadas. A variável sem interações torna-se redundante na existência da variável de interações curtas, pois a sua correlação é forte. O método de agregação é a classificação hierárquica de clusters (método de Ward). A figura 11 representa graficamente o espaço europeu de interações transnacionais resultante do exercício proposto.

Figura 11 – Espaço europeu de interações transnacionais



Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b)

No total são propostos 6 clusters. Esta opção, comparativamente a um menor número de clusters, beneficia a análise e interpretação dos dados. É, assim, discutível se os clusters I1 e I2 devam constituir um único grupo de países caracterizados por percentagens de interações curtas superiores à média da UE assim como por percentagens superiores de interações prolongadas. E, poder-se-á também questionar se Itália e Croácia deveriam ser incluídas no cluster I4, caracterizado por percentagens médias de interações curtas e prolongadas inferiores à média da UE. No mesmo sentido, Roménia e Lituânia poderiam formar um cluster independente. Por critério estritamente metódico mantêm-se a clusterização definida pela classificação hierárquica de clusters, embora se admita uma leitura gráfica ligeiramente distinta. O quadro 4 apresenta a caracterização dos clusters, nomeadamente através das variáveis macrossociais e dos indicadores de identidade europeia.

Quadro 4 Caracterização da composição em clusters do espaço europeu de interações transnacionais

País	Cluster	Coef. Gini 2014	PIB <i>per capita</i> 2014	IDH 2014	Sem Interações 2014	Interações Curtas 2014	Interações Prolongadas 2014	SLE 2014	ACE 2014
-	-	-	(UE28=100)	-	%	%	%	%	%
Áustria	I1	27,6	130,0	0,89	15,5	66,5	18,0	57,0	60,0
Holanda	I1	26,2	131,0	0,92	12,6	73,3	14,1	55,0	69,0
Alemanha	I1	30,7	124,0	0,92	21,8	65,0	13,1	64,0	67,0
Dinamarca	I1	27,7	125,0	0,92	23,4	62,7	13,9	72,0	66,0
Suécia	I1	25,4	123,0	0,91	16,2	65,5	18,4	75,0	62,0
	média	27,5	126,6	0,91	17,9	66,6	15,5	64,6	64,8
Malta	I2	27,7	84,0	0,84	29,2	55,0	15,9	65,0	76,0
Finlândia	I2	25,6	110,0	0,88	29,5	55,0	15,4	69,0	56,0
França	I2	29,2	107,0	0,89	36,0	53,2	10,9	59,0	64,0
	média	27,5	100,3	0,87	31,6	54,4	14,0	64,3	65,3
Bélgica	I3	25,9	119,0	0,89	20,1	50,2	29,7	58,0	67,0
Chipre	I3	34,8	82,0	0,85	30,2	42,8	27,0	35,0	48,0
Grã-Bretanha	I3	31,6	109,0	0,91	40,1	41,6	18,3	45,0	39,0
Rep. Checa	I3	25,1	85,0	0,87	24,0	42,6	33,3	56,0	59,0
Estónia	I3	35,6	76,0	0,86	30,9	47,0	22,0	52,0	64,0
Irlanda	I3	30,8	134,0	0,92	22,3	47,8	29,9	51,0	52,0
Eslóvenia	I3	25,0	83,0	0,88	24,1	50,5	25,4	44,0	60,0
Letónia	I3	35,5	64,0	0,82	31,1	39,5	29,3	65,0	56,0
	média	30,5	94,0	0,87	27,9	45,3	26,9	50,8	55,6
Espanha	I4	34,7	91,0	0,88	57,9	29,3	12,8	50,0	67,0
Roménia	I4	34,7	55,0	0,79	57,0	17,8	25,1	62,0	59,0
Hungria	I4	28,6	68,0	0,83	65,8	22,5	11,7	69,0	60,0
Bulgária	I4	35,4	47,0	0,78	67,9	19,9	12,2	51,0	49,0
Lituânia	I4	35,0	75,0	0,84	44,8	29,1	26,1	49,0	52,0
Grécia	I4	34,5	73,0	0,87	61,6	22,8	15,6	37,0	46,0
Portugal	I4	34,5	78,0	0,83	58,0	28,8	13,1	45,0	51,0
	média	33,9	69,6	0,83	59,0	24,3	16,7	51,9	54,9
Croácia	I5	30,2	59,0	0,82	52,1	39,8	8,1	50,0	67,0
Itália	I5	32,4	96,0	0,87	49,9	36,3	13,8	47,0	55,0
	média	31,3	77,5	0,85	51,0	38,0	10,9	48,5	61,0
Polónia	I6	30,8	68,0	0,84	24,7	24,6	50,7	64,0	62,0
Eslováquia	I6	26,1	77,0	0,84	23,0	35,4	41,6	61,0	65,0
	média	28,5	72,5	0,84	23,9	30,0	46,2	62,5	63,5
Luxemburgo	I6	28,7	266,0	0,89	4,2	40,1	55,7	79,0	79,0

Fonte: produção própria usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b), Eurostat (2016a; 2016b) e UNDP (2015)

1) Cluster I1

Composto pelo conjunto de países que obtêm a maior média do PIB *per capita* (126,6), o menor valor médio do coeficiente de Gini dos Rendimentos (27,5) e o único valor médio de IDH superior a 0,90. São os países em que se constata menores desigualdades de rendimento. Este conjunto obtêm a maior percentagem média de cidadãos que já realizaram

interações curtas e a menor na realização de interações prolongadas. Em média, cerca de dois terços dos seus cidadãos sentem-se ligados à Europa ou autocategorizam-se como europeus.

2) Cluster I2

Este cluster é composto por três países que a nível de interações prolongadas assemelham-se ao cluster I1, ou seja, um valor baixo (14%). No entanto a percentagem de interações curtas desce abaixo dos dois terços da sua população (54,4%), obtendo deste modo quase um terço de cidadãos que nunca realizaram interações transnacionais. Finlândia e França têm PIB's *per capita* ligeiramente inferiores aos países do cluster I1 e Malta é neste ponto um caso singular. Os seus coeficientes de Gini são tão baixos quanto os do cluster I1, mas o IDH já tende a ser menor que 0,90. Os valores dos indicadores de identidade europeia são, em média, próximos aos do cluster I1, caracterizando-se ambos os clusters por terem as maiores médias de sentimento de pertença europeu, o que de acordo com as hipóteses deste estudo, poderá relacionar-se, em parte, por obterem maiores níveis participativos em interações transacionais curtas.

3) Cluster I3

Este cluster é constituído por um conjunto de países caracterizados por níveis intermédios de interações curtas (45%) e prolongadas (27%), e, por esta razão, por exemplo, a Bélgica não estará incluída num dos clusters I1 ou I2. O Reino Unido, a Irlanda e Chipre são países insulares mas os restantes são países de pequena dimensão, o que poderá justificar as percentagens intermédias de interações curtas, mesmo quando o PIB *per capita* é menor e o coeficiente de Gini maior. A média do sentimento de ligação à Europa e de autocategorização como Europeu, à exceção da Bélgica, é inferior aos valores médios dos clusters I1 e I2.

4) Cluster I4

O cluster I4 é composto pelos países do sul e do sudeste da Europa, acrescentando-se a Hungria. Tal como os clusters I1 e I2 têm valores baixos de interações prolongadas mas, eventualmente, por motivos distintos. Ou seja, nestes países poderá colocar-se a hipótese dos seus cidadãos emigrarem mas não voltarem, o que eventualmente poderá não suceder no cluster I3 (no cluster I3 maiores percentagens de interações prolongadas poderá significar o retorno de cidadãos emigrados, ou uma maior percentagem de imigrantes, como serão os casos da Bélgica e do Reino Unido.) A percentagem de cidadãos com interações curtas é a mais baixa de todos os clusters (24%). Estes países obtêm os maiores valores do coeficiente

de Gini (em média 34) e a menor média de PIB *per capita* (70). De acordo com os indicadores anteriores é o cluster com a menor média de sentimento de ligação à Europa e de autocategorização como europeus.

5) Custer I5

Composto pela Itália e pela Croácia este cluster é muito semelhante ao anterior, pelo que em última instância até poderiam constituir um único cluster. O que o distingue é o facto de registar um número superior de interações curtas realizadas (38%).

6) Cluster I6

O último cluster é constituído por 3 países com elevadas percentagens de interações prolongadas (cerca de metade das suas populações). No caso do Luxemburgo talvez por imigração e nos casos da Polónia e Eslováquia por emigração retornada. Em hipótese, talvez pelo elevado número de interações prolongadas, são o único cluster que se aproxima das médias dos indicadores de identidade europeia dos clusters I1 e I2 (acima dos 60%).

Em suma o espaço europeu de interações transnacionais será um espaço estrutural, e determinado, em parte, pelas variáveis macrossociais. Se, de facto, interações transnacionais são um dos caminhos para a emergência de um sentimento de pertença europeu, então a convergência de fatores económicos transnacionais e nacionais poderão colmatar assimetrias na sua emergência. Da análise de clusters, conclui-se, muito sucintamente, que os clusters com maior média de PIB *per capita*, maiores valores de IDH e menores valores de coeficiente de Gini, obtém níveis médios superiores de sentimento de pertença à Europa. O inverso é igualmente válido.

Discussão de resultados

A proposta de um espaço europeu de interações transnacionais revela que são os países com níveis superiores de realização de interações curtas e prolongadas que registam níveis médios superiores de sentimento de pertença europeu. Ressalva-se que este espaço de interações transnacionais não inclui os fluxos migratórios permanentes intraeuropeus. O espaço europeu de interações transnacionais apresenta relações consideráveis tanto com as suas variáveis predictoras (variáveis macrossociais) como com as suas variáveis dependentes (indicadores de identidade europeia). Assim, a realização de interações curtas e prolongadas evidencia diferentes graus de integração no espaço europeu consoante os países.

Considerando, somente para efeitos de diagnóstico interpretativo, que o PIB *per capita* médio da UE estabelece uma divisão entre países ricos e pobres, pelo menos no contexto relativo europeu, então, os países mais ricos e com menores desigualdades na distribuição dos rendimentos apresentam níveis superiores de realização de interações curtas e níveis inferiores de interações prolongadas. No inverso, os países mais pobres e com maiores desigualdades na distribuição dos rendimentos apresentam níveis inferiores de realização de interações curtas e prolongadas, apesar de se suspeitar que menores níveis de interações prolongadas coexistam com maiores níveis de emigração. No fundo, poderá argumentar-se que os países mais ricos e menos desiguais na distribuição de rendimentos demonstram um maior grau de integração nos fenómenos de interação transnacional. Em sentido inverso, os países mais pobres e mais desiguais na distribuição de rendimentos demonstram um menor grau de integração nos fenómenos de interação intraeuropeia, apesar de demonstrarem uma maior participação nos fenómenos de mobilidade e socialização prolongada. No entanto, maiores níveis de participação em mobilidade prolongada pode não necessariamente implicar maiores níveis de integração nos processos de socialização transnacionais. Como diagnosticado através da avaliação do nível de autocategorização como europeu em cada um dos grupos de interações transnacionais, apenas se encontram relações moderadas entre as variáveis macrossociais e o grupo que realizou interações prolongadas. Essas relações beneficiam maiores níveis de autocategorização nos países mais ricos e menos desiguais. A interpretação destes resultados não é trivial mas três cenários são, hipoteticamente, viáveis a consideração. O primeiro considera que a explicação de maiores níveis de identidade europeia ocorre a montante da realização das interações prolongadas. Ou seja, atribui-se a hipótese de subsistirem fatores de composição social e de diferenciação categorial dos indivíduos. Por exemplo, no caso dos países mais ricos podem ser indivíduos mais qualificados a realizar interações prolongadas e nos países menos ricos já incluir também indivíduos menos qualificados. O segundo cenário considera que a sua explicação pode ocorrer concomitantemente ou a jusante da realização de interações prolongadas. Logo, coloca a hipótese de a diferenciação ocorrer por intermédio das próprias experiências fora do país. Existirá uma relação entre o sentimento de pertença europeu com os modos e o grau de integração dos indivíduos aquando das suas experiências prolongadas fora do seu país? Poderão os cidadãos de países mais ricos registarem maiores possibilidades de integração social na sociedade de destino, e tal fenómeno mediar um sentimento de pertença europeu? Poderá uma desigual atribuição de prestígio simbólico ao conjunto das nacionalidades europeias moderar o efeito das experiências prolongadas? O terceiro cenário combina os dois anteriores. De um ponto de vista factual, de momento,

apenas se pode concluir que a divergência identitária europeia, entre países, esbate-se dentro do grupo de interações curtas, mas que a riqueza, desenvolvimento humano e menor desigualdade interna dos países relacionam-se em sentido positivo com o sentimento identitário europeu no grupo de interações prolongadas mas não nos outros grupos de interações. As questões pendentes são: porque é que o grupo de interações curtas não apresenta diferenças consideráveis por país num sentimento de identidade europeia? E porque que é que o grupo de interações prolongadas já apresenta diferenças relacionadas com fatores macrossociais?

Como salvaguardado na introdução, as interpretações anteriores apresentam um carácter dual. Porque não argumentar que os países mais pobres estão em certo grau excluídos de alguns dos fenómenos de mobilidade e socialização intraeuropeia e, portanto, em algum grau mais distanciados dos processos que conduzem à emergência de um sentimento de pertença coletivo europeu?

Entre 2007 e 2014, os níveis médios de sentimento de ligação à Europa diminuíram mais pronunciadamente na maioria dos países mais afetados pela crise económico-financeira de 2008. Adicionalmente, também se verificou que para alguns dos países do sul o sentimento de ligação à Europa apresenta uma tendência decrescente desde o fim da década de 1990, início de 2000. Considerando que o sentimento de ligação à Europa depende, em parte, dos níveis de interações transnacionais, e que estas dependem, em parte, de fatores económicos, é plausível equacionar que uma divergência ou convergência, ou seja a evolução do poder de compra relativo entre países das economias europeias, influencie diretamente o espaço de interações transnacionais europeu e indiretamente um sentimento de pertença europeu. De facto, em 2014, os PIB's *per capita* de Itália, Espanha, Grécia e Portugal, em relação à média europeia, são inferiores, ou aproximadamente iguais, aos seus respetivos valores em 1999 e 2000 (Eurostat, 2016a). Em 2000 a Itália evidenciava inclusivamente um PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* médio de referência da UE, o que já não se regista desde 2012. Ora, a transição de década e de século, coincide também com a entrada em funcionamento e em circulação da moeda única, resultando no desequilíbrio externo entres as respetivas economias e na divergência entre países periféricos e países excedentários (Abreu *et al.*, 2013). Se existe uma relação entre a evolução dos indicadores económicos dos países europeus, mesmo que em medida relativa, e um sentimento de pertença europeu é uma hipótese a explorar.

Comparativamente a quem nunca realizou interações transnacionais, quem realiza interações curtas ou prolongadas terá maiores possibilidades de se autocategorizar como europeu. Mas comparativamente à interações curtas, as interações prolongadas aumentam, em hipótese, as possibilidades de uma saliência identitária europeia em detrimento da nacional. De acordo com Henriques (2016) representações sobre a Europa que favorecem o projeto da UE associam-se a indivíduos que se autocategorizam como primeiro da sua nacionalidade e em segundo lugar como europeus. Noutro sentido, apenas quando as representações assumem predominantemente dimensões de nível cultural os indivíduos revelam saliência de identidade europeia, ou seja, consideram-se primeiro europeus e em segundo lugar da sua nacionalidade (*ibidem*). Uma vez que a saliência do sentimento de pertença nacional é dominante no universo europeu, coloca-se a hipótese de a identidade europeia ser mais um fenómeno associado aos benefícios decorrentes do projeto da UE, logo, uma identidade mais utilitarista que afetiva. A dualidade utilitarismo-afetividade, ecoando em certa medida o referencial weberiano das relações sociais (Weber, 1978), tem, de facto, marcado parte do debate de uma identidade europeia. Neste sentido, Citrin e Sides (2004) propuseram que na UE tanto existe um apoio “utilitarista”, baseado na aceitação de integração de políticas económicas e diplomáticas, e outro “afetivo”, mais baseado na aceitação da integração de políticas culturais e educativas comuns, e que o primeiro seria dominante. Mesmo com o *handicap*, já acautelado neste estudo, de poucos estudos desarticularem os conceitos de UE e Europa (do conhecimento resultante da revisão bibliográfica elaborada), o fenómeno da identidade europeia é recorrentemente associado a grupos de interesse, fundados nas possibilidades económicas, sociais e políticas impulsionadas pela criação da UE (Fligstein, 2008), pois cidadãos da UE beneficiam de oportunidades de trabalho e educacionais em outros países do espaço Schengen (Schroedter, Rössel, e Datler, 2015). Assim, as desigualdades de PIB *per capita* entre países da UE podem implicar a evolução de um sentimento de pertença por duas vias: a primeira indiretamente, pelas maiores ou menores possibilidades de realização de interações transnacionais, e a segunda diretamente, pela constatação de maiores ou menores benefícios económicos e sociais, resultantes da integração europeia, na vida dos cidadãos.

Num cenário em que se discute uma Europa a duas ou mais velocidades, ou seja, em que se admite a complexidade em gerar convergências, coloca-se a hipótese de as implicações de uma identidade europeia fundada mais em questões de interesses aumentar clivagens intraeuropeias. Outra interpretação que sustenta esta avaliação é o facto deste estudo ter recorrido à utilização do PIB *per capita* relativo ao valor do PIB *per capita* médio da UE

(=100). Assim, as análises fundadas neste indicador de desigualdade podem ser interpretadas numa perspetiva relativa. Neste caso, mesmo que o PIB absoluto de um país cresça o seu impacto na realização de interações transnacionais será relativo ao PIB da UE. Poder-se-á então considerar a convergência económica entre os países europeus como uma das condições não só no estabelecimento de um espaço europeu de interações transnacionais mais homogéneo, mas também na efetivação de um sentimento de identitário europeu? A associação entre as desigualdades sociais e a identidade europeia é tanto mais relevante em explorar na medida em que “*a configuração desse espaço europeu de desigualdades (...) manifesta-se em distribuições muito desiguais de recursos económicos (rendimentos)*”, e em que “*constitui-se como configuração a dois níveis (nacional e transnacional), na qual as desigualdades de âmbito europeu surgem como cada vez mais significativas*” (Costa et al., 2015:18-19).

A avaliação das relações entre um espaço europeu de desigualdades sociais e um espaço de identidade europeia é assim tanto mais relevante quanto maior preponderância a integração económica influencia a evolução de um sentimento de pertença europeu.

Conclusão

Este estudo partiu da hipótese de que os indicadores macrossociais podem influenciar a realização de interações transnacionais, e que por sua vez é a partir do conjunto destas interações que emergem os processos de consubstanciação de uma identidade europeia. Ou seja, avaliou-se o efeito das variáveis macrossociais na identidade europeia por intermédio das interações transnacionais. No entanto, verificam-se possibilidades de a identidade europeia ser mais um fenómeno de interesses do que afetivo. Se o sentimento de pertença está, realmente, mais ancorado em representações de carácter positivo associados aos benefícios económicos, e de mobilidade, decorrentes do projeto da UE, então, é presumível que, a convergência das economias europeias poderá influenciar positivamente uma maior equidade na distribuição do sentimento de pertença europeu (e porventura maior coesão?).

De facto, os países nórdicos, mais ricos e menos desiguais na distribuição de rendimentos, apresentam percentagens médias superiores no sentimento de ligação, o que poderá relacionar-se, em parte, com fatores macrossociais, pois apresentam maiores recursos económicos que viabilizam a realização de interações transnacionais. Se se pode falar de países mais integrados e outros menos integrados, ou em países excluídos dos processos

transnacionais depende da perspectiva adotada. No entanto, registam-se grupos de países caracterizados por maiores níveis de riqueza que apresentam maiores possibilidades de integração nos processos transnacionais despoletados pelos fenómenos de interação transnacional e países mais pobres com menores possibilidades de integração nesses mesmos processos. Mas não só as desigualdades transnacionais registam uma relação com a distribuição de um sentimento de pertença europeu. Também as desigualdades internas podem ser explicativas. Quanto mais desigual é a distribuição de rendimentos internos maiores são as possibilidades de um país registar menores níveis de integração nos fenómenos de interação transnacional. Em sentido contrário, quanto menos desigual é a distribuição de rendimentos internos maiores são as possibilidades de um país registar maiores níveis de integração nos fenómenos de interação transnacional. Em suma, os países caracterizam-se por diferentes graus de integração no espaço europeu de interações transnacional.

As análises elaboradas neste estudo apenas consideram as associações entre indicadores macrossociais e indicadores de identidade europeia nos seus valores absolutos em dois momentos. Logo, apesar de se ter efetuado uma análise diacrónica, futuros estudos poderão incluir a associação entre as variações dos indicadores macrossociais e os indicadores de identidade europeia, assim como a variação dos próprios níveis de interação transnacional. A inclusão das variáveis de variação poderá conduzir a conclusões adicionais, importantes para compreender se a evolução do sentimento de pertença europeu apresenta uma dinâmica mais associada a fatores de referência transnacional, ou se por outro lado, por fatores de referência nacionais, sejam eles de maior ou menor equidade interna, ou de um certo nível de desenvolvimento absoluto ou relativo.

Referências bibliográficas

- Abreu, Alexandre, Hugo Mendes, João Rodrigues, José Guilherme Gusmão, Nuno Serra, Nuno Teles, Pedro Delgado Alves, e Ricardo Paes Mamede (2013), “*A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*”, Lisboa, 2ª Edição, Tinta da China.
- Almeida, João Ferreira de (1993), “Integração social e exclusão social: algumas questões”, em *Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124), p. 829-834.
- Citrin, Jack, e John Sides (2004), “Can Europe Exist Without Europeans? Problems of Identity in a Multinational Community”, *Advances in Political Psychology*, Elsevier, (Online), p. 41-70. Disponível em <http://home.gwu.edu/~jsides/europeans.pdf>
- Comissão Europeia (2015), “*Standard Eurobarometer / Autumn 2015, n°83 - European Citizenship*”, (Online). DOI: 10.2775/011080

- Comissão Europeia (2014a), “*Standard Eurobarometer / Autumn 2014, n°82 - European Citizenship*”, (Online). DOI: 10.2775/14950, Base de dados: Eurobarometer 82.3. TNS Opinion, Brussels [producer]. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5932 2.0.1, DOI:10.4232/1.12259
- Comissão Europeia (2014b), “*Standard Eurobarometer / Spring 2014, n°81 - European Citizenship*”, (Online), Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb81/eb81_citizen_en.pdf Base de dados: Eurobarometer 81.4, TNS Opinion, Brussels [producer]. GESIS Data Archive, Cologne. ZA5928 2.0.0, DOI:10.4232/1.12201
- Comissão Europeia (2007), “*Special Eurobarometer n° 278. European Cultural Values*”, (Online). Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_278_en.pdf Base de dados: Eurobarometer 67.1 (Feb-Mar 2007). TNS OPINION & SOCIAL, Brussels [Producer]. GESIS Data Archive, Cologne. ZA4529 3.0.1, DOI: 10.4232/1.10983
- Comissão Europeia (1999), “*Eurobarometer n°51*”, (Online), Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb51/eb51_en.pdf
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes e Ana Lúcia Romão, (2015), “A constituição de um espaço europeu de desigualdades”, Observatório das Desigualdades e-Working Papers, N.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012015. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.
- Deutsch, Karl (1978), *Análise das relações internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Deutsch, Karl (1967), *Nationalism and Social Communication. An Inquiry into the Foundation of Nationality*. Cambridge (Mass), Londres, 2ª edição, The Massachusetts Institute of Technology Press.
- Deutsch, Karl (1963), *The Nerves of Government*, London, The Free Press of Glencoe.
- Eurostat (2016a), *GDP per capita in PPS*, disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tec00114&plugin=1>, Consultado em 1 de Abril de 2016.
- Eurostat (2016b), *Gini coefficient of equivalised disposable income - EU-SILC survey*, disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tessi190> Consultado em 1 de Abril de 2016.
- Ferreira, J.M. Carvalho, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça, e Rafael Marques (2013), *Sociologia*, Lisboa, Escolar Editora.
- Fligstein, Neil (2008), *Euroclash. The EU, European Identity, and the Future of Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- Henriques, João (2016), “A Fronteira da Intimidade. Identidade europeia e relações íntimas intraeuropeias”, *Dissertação de Mestrado*, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Kuhn, Theresa (2012), “Why Educational Exchange Programmes Miss Their Mark: Cross-Border Mobility, Education and European Identity”, *Journal of Common Market*

- Studies*, (Online), Oxford, Blackwell Publishing Ltd, Volume 50 (6), p. 994–1010. DOI: 10.1111/j.1468-5965.2012.02286.x
- Massey, Douglas S., Joaquín Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, J. Edward Taylor (1993), “*Theories of International Migration: A Review and Appraisal*”, *Population and Development Review* Vol 19, nº 3, pp. 431-466.
- Mau, Steffen, e Jan Mewes (2012), “Horizontal Europeanisation in Contextual Perspective” *European Societies*, (Online), 14 (1), p. 7-34. DOI: 10.1080/14616696.2011.638083
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão, e António Firmino da Costa (2016), “The Social Structure of European Inequality. A multidimensional perspective”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (Online), 81, p. 75-93. DOI: 10.7458/SPP2016818798
- Mol, Christof, e Peter Ekamper (2015), “Destination cities of European exchange students”, *Working Paper: 2015/05*, (Online), Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute (NIDI). DOI: 10.1080/00167223.2015.1136229
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Portdata (2017), <http://www.pordata.pt/Europa>, acessado em fevereiro de 2017.
- Schroedter , Julia, Jörg Rössel, e Georg Datler (2015), “European Identity in Switzerland: The Role of Inter-marriage, and Transnational Social Relations and Experiences”, *ANNALS, AAPSS*, (Online), 662, p. 148-168. DOI: 10.1177/0002716215595394
- UNDP (2015), “*Human Development Report 2015*”. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf
- Weber, Max (1978), “Chapter I - Basic Sociological Terms”, em Guenther Roth, e Claus Wittich (orgs.), *Economy and Society*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, p. 3-43.

ANEXOS

Quadro A.1 – Correlações entre o tipo de interação transnacional e as variáveis macrossociais em 2014

		Gini2014	PIB_2014	IDH_2014
Grupo Sem Interações	Pearson Correlation	0,617	-0,654	-0,644
	N	28	28	28
Grupo Interações Curtas	Pearson Correlation	-0,606	0,471	0,746
	N	28	28	28
Grupo Interações Prolongadas	Pearson Correlation	-0,127	0,357	-0,013
	N	28	28	28

Fonte: produção própria em SPSS usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b), Eurostat (2016a; 2016b) e UNDP (2015)

Quadro A.2 – Correlações entre o nível de autocategorização como europeu por tipo de interação transnacional e as variáveis macrossociais em 2014

		Gini2014	PIB_2014	IDH_2014
Autocategorização como europeu no Grupo Sem Interações	Pearson Correlation	-,022	-0,154	-0,188
	N	28	28	28
Autocategorização como europeu no Grupo Interações Curtas	Pearson Correlation	-0,107	0,001	-0,205
	N	28	28	28
Autocategorização como europeu no Grupo Interações Prolongadas	Pearson Correlation	-0,293	0,479	0,344
	N	28	28	28

Fonte: produção própria em SPSS usando dados do Eurobarómetro 81.4 (Comissão Europeia, 2014b), Eurostat (2016a; 2016b) e UNDP (2015)